



Número: **0805974-87.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **25ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **18/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 2.362,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA (AUTOR)		DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARAES (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53491114	18/02/2020 00:52	Petição Inicial	Petição Inicial
53491115	18/02/2020 00:52	1 - Petição inicial - WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA	Outros documentos
53491116	18/02/2020 00:52	2 - Procuração e Contrato de Honorários	Procuração
53491117	18/02/2020 00:52	3 - Documentação pessoal e comp. residencia	Documento de Identificação
53491118	18/02/2020 00:52	4 - B.O	Documento de Comprovação
53491119	18/02/2020 00:52	5 - documentação medica	Documento de Comprovação
53491120	18/02/2020 00:52	6 - Recebimento administrativo	Documento de Comprovação

Segue anexo Petição Inicial e documentos.



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZO DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.

WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA, brasileiro, solteiro, autônomo, sem endereço eletrônico, inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º 059.479.434-09, residente e domiciliado (a) na Rua do Transmissor Nordeste, N° 111, Nordeste, Natal – RN, Cep: 59.042-070 vem, por intermédio de seu advogado, legalmente habilitado (doc. anexo), que esta subscreve, perante Vossa Excelência, propor

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

em desfavor da **PORTO SEGURO S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 02.149.205/0001-69, com endereço para citação na Avenida Prudente de Moraes, n.º. 4055, Candelária, Natal/RN, CEP 59063-200, o que faz pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir:

1. DA JUSTIÇA GRATUITA.

Antes de adentrar nas razões que impõem à propositura da presente demanda, faz-se necessário aduzir que o (a) requerente não possui meios suficientes para custear a presente ação judicial sem prejuízo de seu sustento e da sua família, razão pela qual requer, desde já, a concessão dos benefícios da justiça gratuita no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas e emolumentos no curso do procedimento e porventura em eventual recurso, consoante os ditames da Lei n.º. 1.060/50, art. 5º da Carta Magna Brasileira e art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

Rua Antônio Elias de França Neto, 1660 – Lagoa Nova – Natal-RN, Cep. 59.064-170;

e-mail: diogoguimaraes.adv@hotmail.com



2. DOS FATOS.

O (A) demandante se envolveu em acidente de trânsito no dia 04/02/2019, por volta das 13h30min, no município de Natal – RN, conforme descrito em boletim de ocorrência anexo.

Em razão do acidente, **o promovente sofreu politraumatismo**, tratando-se, pois, de lesão de natureza grave, sendo socorrido pela SAMU até o Hospital Walfredo Gurgel, onde recebeu os primeiros atendimentos médicos.

Em detrimento do acidente automobilístico, ficou impedido de trabalhar e, atualmente, sente dores e limitação do membro afetado.

É sabido que para o recebimento da indenização DPVAT basta que a vítima comprove a ocorrência do acidente de veículo e o dano consequente, independentemente da existência de culpa (Lei federal n. 6.194, de 1974).

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o (a) autor (a) encaminhou seu pedido administrativo. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, o (a) requerente teve seu pedido autuado com o número de sinistro: 3190601066.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informada acerca do **indeferimento ao pagamento da indenização**.

O (A) demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.



O (A) segurado (a), por ora autor (a), juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré o indeferimento.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial.

Diante da situação posta, o (a) Autor (a) se encontra acometido (a) por invalidez permanente parcial incompleta no (s) membro (s) afetado (s). Nesse sentido, e assim for o convencimento deste Magistrado (a), **requer que as indenizações sigam a orientação da súmula 474 e 580 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, pleiteando os valores de forma decrescente de acordo com a gravidade da repercussão da invalidez, na modalidade de perda anatômica e/ou funcional, ou ainda, perda da mobilidade do membro que este juízo se convencer, amparado pela prova técnica/pericial.**

3. DOS DIREITOS.

3.1. Da competência jurisdicional para processar e julgar a demanda.

Constitui faculdade do (a) autor (a) escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento da ação decorrente de acidente de veículos: o do local do acidente ou o do seu domicílio (art. 53, V, do CPC), bem como, ainda, **o do domicílio do réu (art. 46 do CPC).**

Assim já dispôs, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça:

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 159.803 - GO (2018/0181431-5)
RELATOR : MINISTRO LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO) SUSCITANTE : JUÍZO DE
DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E AMBIENTAL DE GOIÂNIA - GO*



SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP INTERES. : YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA ADVOGADOS : FAUSTO MITUO TSUTSUI - SP093982 KARINA DE SOUSA MARCONDES - SP212020 ANA CLAUDIA MOREIRA PERES E OUTRO (S) - SP289619 INTERES. : OD MOTOS, PECAS E SERVICOS LTDA INTERES. : WILLIAM LEYSER O DWYER INTERES. : CAROLINE LOUISE LEYSER O DWYER ADVOGADOS : THIAGO BRAGA FUJIOKA - GO028232 FLÁVIO MONTEIRO ÁLVARES - GO031861 NATALIA OLIVENCIA E SOUZA - GO042718 DECISÃO
Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado por JUÍZO DE DIREITO DA 14A VARA CÍVEL E AMBIENTAL DE GOIÂNIA - GO e o do d. JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP nos autos de ação de execução proposta por YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA em face de OD MOTOS, PECAS E SERVICOS LTDA e outros. A ação foi inicialmente proposta perante o d. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, foro diversos do eleito contratualmente, que se declarou absolutamente incompetente para processar e julgar o feito e determinou a remessa dos autos à Comarca de Goiânia/GO, sob a alegação de que "a livre escolha desvinculada de qualquer parâmetro, realizada unilateralmente pela parte elaboradora do contrato, seja por conveniência pessoal ou por suposta ineficiência do foro competente, não pode prevalecer, devendo ser admitido, excepcionalmente, a declinação da competência de ofício, mitigando-se a Súmula 33 do C. STJ" (na fl. 97). Recebidos os autos, o d. Juízo de Direito da 14ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia/GO, foro de eleição, suscitou o conflito negativo de competência, pois, no seu entender, a cláusula de eleição de foro "somente pode ser afastada se constatada abusividade, o que não é o caso dos autos, vez que não vislumbro qualquer hipossuficiência das partes, haja vista que a exequente e a 1ª (primeira) executada são 02 (duas) pessoas jurídicas, e não há



*nenhuma incidência de relação consumerista, pelo contrário, a relação das partes é estritamente civil, decorrente de contrato e relacionamento comercial oneroso, do qual esta não é destinatária final" (na fl. 1.116). O Ministério Público Federal opina pela competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP. É o relatório. Passo a decidir. A hipótese ora analisada é de competência territorial, por via de regra relativa e o d. Juízo suscitado não destacou eventual peculiaridade do caso concreto que permita excepcionar a regra e possibilitar o declínio de ofício da competência. Nesse contexto, a competência só pode ser alterada caso a parte ré apresente exceção de incompetência, após a regular citação, não sendo possível, assim, sua declinação de ofício, nos moldes da súmula 33/STJ, in verbis: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício". A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. SÚMULA 33/STJ. 1. "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula n. 33/STJ). 2. **Constitui faculdade do autor escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento da ação decorrente de acidente de veículos: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do CPC); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do CPC).** Precedentes. 3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo suscitado. (CC 110.236/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/05/2011, DJe 02/06/2011) Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP. Publique-se. Brasília, 24 de setembro de 2018. MINISTRO LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO) Relator (STJ - CC: 159803 GO 2018/0181431-5, Relator: Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Data de Publicação: DJ 26/09/2018).*



A súmula do STJ assim elenca: “Súmula 540 - Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu. (Súmula 540, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015)”.

Desta feita, aliando-se ainda pela Lei da Organização Judiciária do RN é competente para processar e julgar a demanda: a 19ª, 20ª, 23ª, 24ª e 25ª Vara Cível desta Comarca, por distribuição legal.

3.2. Da legitimidade passiva.

A súmula 42, da Resolução 11 – TJRN, de 27 de março de 2019, assim estipula: “Súmula 42: **Qualquer seguradora conveniada ao sistema de Seguro DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda** que pleiteia indenização em decorrência de acidente de trânsito.”. (grifo meu)

3.3. Da aplicação da Lei nº. 6.194/74 e suas alterações posteriores.

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do (a) Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT uma vez que ocorreu debilidade permanente na função do membro inferior direito causado por acidente automobilístico, conforme documentação anexa.

O segurado deve ser beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou.

Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despendar; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.



A legislação vigente: art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do



percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Note Excelência que a prova documental (documentação médica hospitalar e boletim de ocorrência) foi devidamente juntada aos autos comprovando o direito do (a) autor (a) ao recebimento da indenização pleiteada.

Desta forma é claro notar que: “O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” e mediante a entrega dos seguintes documentos: “registro da ocorrência no órgão policial competente” – art. 5º, § 1, a, da Lei 6.194/74.

Percebe-se que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou



não, exige-se apenas o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência sendo, portanto, ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim porventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corrobora a veracidade das declarações expostas no referido documento. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Por conseguinte, é dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo inciso II do artigo 373 do Código de Processo Civil e comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral.

Em razão do acima exposto, demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

3.4. Da audiência de conciliação ou mediação após a prova pericial. Aplicação do art. 139, VI do Código de Processo Civil.

Nos termos do art. 319, VII do CPC, opta a parte autora pela realização de audiência de conciliação e mediação.

Entretanto, Excelência, imprescindível para o resultado da demanda a ocorrência de prova pericial, de modo a conferir maior efetividade do direito tutelado, bem como auxiliar o livre convencimento motivado deste juízo.

Assim dispôs o art. 139, VI do CPC:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

*VI - dilatar os prazos processuais e **alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do***



conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifo meu).

Nesse sentido, requer que seja designada audiência conciliatória, porém que seja aprazada após a juntada do laudo pericial que, desde já se requer.

4. DOS PEDIDOS.

Por todo exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) que sejam concedidos **os benefícios da justiça gratuita** nos termos da Lei n. 1.060/50 e suas devidas alterações, bem como art. 98 e seguintes do CPC por ser o (a) autor (a) pobre nos termos da Lei e não possui condições financeiras favoráveis para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do seu próprio sustento e da sua família;
- b) que determine **a citação inicial do Requerido**, no endereço constante na folha de rosto da presente exordial para, caso pretendam, contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de incorrer nos efeitos da revelia, concedendo ao final, a procedência integral dos pedidos;
- c) nos termos do art. 319, VII do CPC, **opta** a parte autora pela realização de audiência de conciliação e mediação, **porém que seja aprazada após a juntada do laudo pericial** que, desde já se requer, em homenagem aos princípios da celeridade e economia processual, uma vez que a modulação e alteração da ordem de produção dos meios de prova se mostra imprescindível na presente ação (art. 139, VI do CPC), de modo a conferir maior efetividade do direito tutelado, bem como auxiliar o livre convencimento motivado deste juízo;
- d) em razão do acometimento pela parte autora de invalidez permanente parcial incompleta no (s) membro (s) afetado (s), requer a condenação da empresa requerida ao pagamento do seguro DPVAT, em favor do (a) requerente, no valor correspondente **ao grau de invalidez atestado** pelo *Expert* nomeado por este juízo, observando as orientações das súmulas **474 e 580 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, pleiteando os valores de forma decrescente (75% > 50% > 25% > 10%) de acordo com a gravidade da repercussão da**



invalidez, na modalidade de perda anatômica e/ou funcional, ou ainda, perda da mobilidade do (s) membro (s) que este juízo se convencer, amparado pela prova técnica/pericial, devendo incidir na condenação os devidos acréscimos de juros legais e correção monetária, abatendo-se o valor recebido administrativamente, julgando-se, por fim, a ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**;

e) que seja condenado ainda, o requerido, ao pagamento das **custas processuais e honorários advocatícios**, estes no patamar de 20% (vinte por cento) do valor da causa;

f) que, em caso de procedência do pedido, **pugna pelo pagamento dos Honorários Advocatícios Contratuais (contrato particular anexo)**, em companhia dos honorários de sucumbência pagos pelo promovido, sendo confeccionado alvará judicial - conjuntamente - em favor do advogado: Diogo Henrique Bezerra Guimarães - OAB/RN 9329, para levantamento dos valores.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em Direito admitidas, sem exclusão de nenhum que se fizer necessário ao deslinde da demanda.

Dá-se à causa o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes termos,
pede e espera deferimento.
Natal/RN, 17 de fevereiro de 2020.

DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARAES
OAB/RN 9329

Rua Antônio Elias de França Neto, 1660 – Lagoa Nova – Natal-RN, Cep. 59.064-170;
e-mail: diogoguimaraes.adv@hotmail.com



QUESITOS A SEREM RESPONDIDOS PELO (A) SR. (A) PERITO (A):

1. Houve lesão à integridade física da parte autora em virtude do acidente de trânsito. Quais as lesões remanescentes na mesma após o acidente?
2. Queira o Sr. Perito esclarecer se as lesões são de caráter temporário ou definitivo.
3. Houve perda da força, mobilidade, flexibilidade ou outra limitação em virtude da lesão sofrida no acidente? Favor especificar as mesmas.
4. Das lesões identificadas, quais foram às consequências traumáticas e funcionais dos órgãos/membros afetados.

Rua Antônio Elias de França Neto, 1660 – Lagoa Nova – Natal-RN, Cep. 59.064-170;
e-mail: diogoguimaraes.adv@hotmail.com



5. De acordo com a tabela anexa da Lei 11.945/2009, qual o percentual da perda funcional da parte autora em face da (s) lesão (es) ocasionada (s) em decorrência do sinistro?



CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SEGURO DPVAT

Pelo presente instrumento, as partes abaixo qualificadas, contratam a prestação de assistência advocatícia, na forma e para os fins adiante estipulados:

1. PARTES: **DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARAES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 9329, endereço eletrônico: diogoguimaraes.adv@hotmail.com, com endereço profissional na Rua Antônio Elias de França Neto - 1600 - Ed. Mauricio Caminha, Unidade II, Lagoa Nova, Cep. 59.064-170 - Natal/RN, denominada **CONTRATADO**, e por outro lado:

Nome:	WENDEL HENRIQUE GOMES BARBOSA		
Nacionalidade:	BRASILEIRO	Estado Civil:	
Profissão:		CPF nº.	059.479.434-09
Endereço com CEP	RUA DO TRANSMISSOR NORDESTE, 111, NORDESTE, NATAL - RN CEP: 59042-070		

aqui denominado(a) **CONTRATANTE**.

2. FINALIDADE DO CONTRATO: O(A) **CONTRATANTE** contrata os serviços profissionais do **CONTRATADO**, para que este requeira administrativamente e, caso haja necessidade; também ajuíze ação de cobrança referente à indenização de seguro DPVAT, junto ao Juizado Especial Cível ou Justiça Estadual.

3. DESEMPENHO DO MANDATO: O **CONTRATADO** postulará, em todas as instâncias, inclusive administrativas, através de recursos adequados, para o fiel cumprimento do mandato outorgado pelo(a) **CONTRATANTE**.

4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

Pela propositura do requerimento administrativo e demanda judicial, o/a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**, a título de honorários advocatícios, o (a) valor/porcentagem de:

a) **30% (TRINTA POR CENTO)** sobre todos os valores líquidos recebidos **judicialmente por sentença de mérito ou por meio de acordo judicial**;

b) O/A **CONTRATANTE** **AUTORIZA**, expressamente, o desconto dos percentuais aqui contratados quando da expedição do Alvará Judicial ou ordem de pagamento decorrente da ação proposta, em favor do **CONTRATADO**, devendo ser expedido alvarás distintivos na proporção de 70% (setenta por cento) para o **CONTRATANTE** e 30% (trinta por cento) para o **CONTRATADO**, incidido os juros e correção monetária advindos da condenação judicial;

5. DESISTÊNCIA E CONTUMÁCIA:

5.1 No caso de desistência do processo antes da sentença ou ausência injustificada a perícia médica ou audiência, o contratante se compromete a pagar a título de honorários advocatícios, pelo trabalho já então realizado, **a importância fixa de um salário mínimo vigente à época, salvo se for reajuzar o processo com mesmo patrocínio. Em todo caso deverá o contratante arcar com as custas judiciais fixadas pelo abandono da causa.**

5.2 A verba honorária oriunda da parte adversa, pelo princípio da sucumbência, reverterá ao **CONTRATADO**.

5.3 No caso de desistência do processo após prolação de sentença, o (a) contratante fica obrigado a pagar os honorários advocatícios na sua integralidade.

6. Agindo o (a) **CONTRATANTE** de forma dolosa ou culposa em face do **CONTRATADO**, restará facultado a este, rescindir o contrato, substabelecendo sem reserva de iguais e se exonerando de todas as obrigações.

7. CLÁUSULA DE RISCO: em caso de insucesso da ação proposta, o/a **CONTRATANTE** não desembolsará quaisquer valores ao **CONTRATADO**, inclusive os gastos havidos com a demanda.

Assim, em 18 de dezembro de 2019 elegem o Foro da comarca de Natal/RN e assinam o presente instrumento em duas vias, para que possa produzir seus legais efeitos.

x Diogo Henrique Bezerra Guimaraes
CONTRATANTE

[Assinatura]
CONTRATADO



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: WENDEL HENRIQUE GOMES BARBOSA,
BRASILEIRO, SOLTEIRO, AUTONOMO, sem endereço
eletrônico, inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º 059.479.434-09, residente e
domiciliado (a) na RUA DOS TRANSMISSOR - nº. 111,
NORDESTE, NATAL/RN, CEP: 59042-070.

OUTORGADO: DIOGO HENRIQUE BEZERRA GUIMARÃES, brasileiro, solteiro, advogado,
inscrito na OAB/RN sob o nº. 9329, endereço eletrônico: diogoguimaraes.adv@hotmail.com, com
endereço profissional na Rua Antônio Elias de França Neto – 1600 – Ed. Mauricio Caminha,
Unidade II, Lagoa Nova, Cep. 59.064-170 - Natal/RN.

PODERES: Das cláusulas “**AD JUDICIA**” e “**EXTRA**” para o foro em geral, defender todos os
direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar,
concordar, declarar hipossuficiência financeira, requerer justiça gratuita, passar recibos, dar e
receber quitação, levantar e sacar alvarás, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis,
recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior Instância e finalmente praticar e requerer
todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive
substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes.

Natal/RN, 18 de Dezembro do ano 2019.

x Wendell Henrique G. Barbosa
OUTORGANTE

Rua Antônio Elias de França Neto, 1660 – Lagoa Nova – Natal-RN, Cep. 59.064-170;
e-mail: diogoguimaraes.adv@hotmail.com

1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
3462156 SSP RN

CPF
059.479.434-09

DATA NASCIMENTO
19/04/1999

FILIAÇÃO
**JOSE EDSON ARAUJO
BARBOSA
HELUIZA MENESSES GOMES
BARBOSA**

PERMISSÃO
00000000000000000000000000000000

ACC
00000000000000000000000000000000

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06997825143

VALIDADE
28/05/2023

1ª HABILITAÇÃO
24/01/2018

OBSERVAÇÕES

Wendell Henrique G. Barbosa
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
NATAL, RN

DATA EMISSÃO
04/02/2019

Octávio Santiago Filho
Octávio Santiago Filho
Diretor Geral - Detran/RN
ASSINATURA DO EMISSOR

**11433188986
RN705124851**

RIO GRANDE DO NORTE

DETRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1756780109

PROIBIDO PLASTIFICAR
1756780109

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

23 AGO 2019

GENTE SEGURADORA S/A
R. dos Potiguares 2335 - Loja 4 - Natal - RN





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
BOAT 101644

1 - LOCAL E DATA

Local AV. RIO GRANDE DO SUL Bairro CIDADE DA ESPERANÇA
Cidade/UF NATAL RN P. Ref. DE FRENTE AO DETRAN
Data 21/10/2019 Hora do acidente 13:30 Hora do registro 14:50 Dia da semana SEGUNDA - FEIRA

2 - NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☐ - Colisão Frontal ☒ - Colisão Lateral ☐ - Capotamento ☐ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☐ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s)

3 - VEÍCULO 01:

Placa ou Chassi OKB 8198 Cidade NATAL UF RN
Marca/Mod. HONDA / CB 300R Cor PRETA Ano 2013 / 2013
Proprietário WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA Nº de Ocupantes 01
Condutor WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA Data de Nasc. 19/01/1999
Endereço R. TRAVESSA DOS TRANSMISSORES Nº 123 Fone 9 9110 3480
Bairro BAIRRO NORDESTE Cidade NATAL UF RN
CPF Nº 059.179.232-09 CNH Nº 06992825149 Validade 23/10/2019 Categoria AB
Local de Trabalho VITAL ENGENHARIA Fone _____
End. R. SOLANGE NUNES DO NASCIMENTO Nº _____ Bairro CENTRO Cidade NATAL

4 - VEÍCULO 02:

Placa ou Chassi KJM 6E57 Cidade NATAL UF _____
Marca/Mod. FIAT PALIO Cor PRATA Ano 2005 / 2006
Proprietário ANTONIA KALINE FERNANDES DE LIMA Nº de Ocupantes 01
Condutor ANTONIA KALINE FERNANDES DE LIMA Data de Nasc. 1/1/1970
Endereço R. PADRE CICERO Nº 712 Fone 9 8860 9970
Bairro FELIPE CAMARÃO Cidade NATAL UF RN
CPF Nº 017.153.760-55 CNH Nº 06651460369 Validade 28/10/2020 Categoria AB
Local de Trabalho AUTÔNOMA Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

5 - VEÍCULO 03:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor 2019 Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade GENTE SEGURADORA S/A UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº R. dos Policiais 2561 Natal RN Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

6 - VEÍCULO 04:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

Autenticação Nº do Boletim: 101644 Nº da Ocorrência: 895412 Data Registro: 06/02/2019 Hora Registro: 12:36:30 Número/Controle: 789A5F942B413734



7 - VERSÕES DOS CONDUTORES

SOBRE V1 - Em que Rua/Av. Transitava? AV. RIO GRANDE DO SUL

Em que sentido? BAIRRO DE NAZARE/CIDADE DA ESPERANCA

Em que faixa? ESQUERDA

Versão do condutor ALEGA QUE: TRAFEGAVA NORMALMENTE QUANDO FOI SURPREENDIDO POR VIT FAZENDO UMA CONVERSAO, PASSANDO POR CIMA DA FAIXA CONTINUA E COLIDINDO EM VE QUE ESTAVA PASSANDO NO MOMENTO.

Assinatura do Condutor do V1 -

[Assinatura]

SOBRE V2 - Em que Rua/Av. Transitava?

Em que sentido? CIDADE DA ESPERANCA / NAZARE

Em que faixa? DIREITA

Versão do condutor ALEGA QUE: ESTAVA PARADA NO LADO DIREITO DA VIA. LIGOU O PISCA PI A ESQUERDA OLHOU PELOS RETROVISORES E NÃO VISUALIZOU NENHUM VEICULO. QUANDO ESTAVA FAZENDO A MANOBRAS DE SEGUIR NO SENTIDO CONTRARIO FOI SURPREENDIDA POR VIT COLIDINDO NA LATERAL DE SEU VEICULO.

Assinatura do Condutor do V2 -

[Assinatura]

SOBRE V3 - Em que Rua/Av. Transitava?

Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

[Assinatura]

GENTE SEGURADORA S/A
R. dos Poduzetes, 2365 - Loja 4 - Natal - RN

Assinatura do Condutor do V3

SOBRE V4 - Em que Rua/Av. Transitava?

Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor

Assinatura do Condutor do V4

Autenticação Nº do Boletim: 101644 Nº da Ocorrência: 895412 Data Registro: 06/02/2019 Hora Registro: 12:36:30 Número/Controle: 769A5F942B413F34

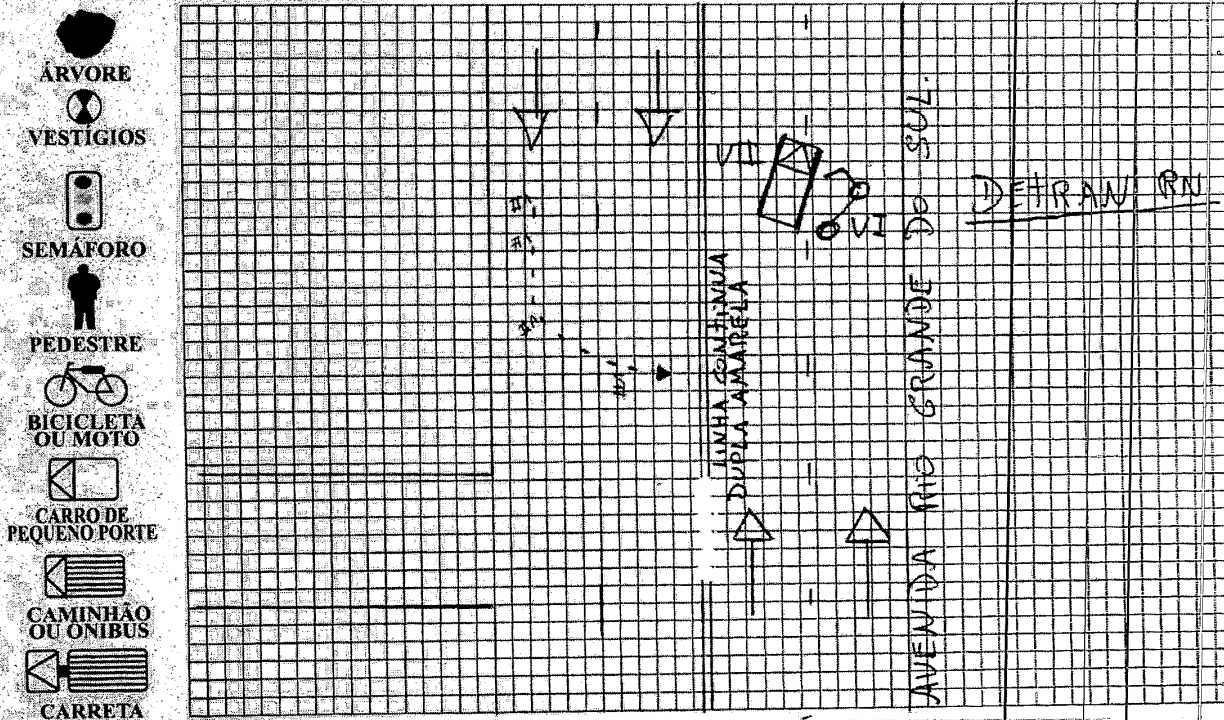


101644

8 - CONDIÇÕES DA VIA

Luminosidade	Cond./Tempo	Tipo da Pista	Caract./Pista	Cond./Pista	Sinalização
<input type="checkbox"/> Amanhecendo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input checked="" type="checkbox"/> Asfalto	<input type="checkbox"/> Reta	<input checked="" type="checkbox"/> Seca	<input type="checkbox"/> Incandescente
<input checked="" type="checkbox"/> Pleno Dia	<input type="checkbox"/> Nublado	<input type="checkbox"/> Paralelepípedo	<input type="checkbox"/> Curva	<input type="checkbox"/> Molhada	<input type="checkbox"/> Do Agente de Trânsito
<input type="checkbox"/> Anoitecendo	<input type="checkbox"/> Chuva	<input type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Active Íngreme	<input type="checkbox"/> Inundada	<input type="checkbox"/> Do Semáforo
<input type="checkbox"/> Noite c/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Nebulina	<input type="checkbox"/> Cascalho	<input type="checkbox"/> Active Suave	<input type="checkbox"/> Poças D'água	<input type="checkbox"/> Faixa de Pedestre
<input type="checkbox"/> Noite s/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> Terra	<input type="checkbox"/> Declive Íngreme	<input type="checkbox"/> Oleosa	<input checked="" type="checkbox"/> Linha CONTINUA AMARELA
<input type="checkbox"/> Iluminação Deficiente		<input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> Declive Suave	<input type="checkbox"/> Enlameada	<input type="checkbox"/> Placa(s) _____
			<input type="checkbox"/> Lombada	<input type="checkbox"/> Em Obras	<input type="checkbox"/> Lompada eletrônica
			<input type="checkbox"/> Cruzamento	<input type="checkbox"/> Com Buraco	<input type="checkbox"/> Vel. Máx. Perm. _____ KM/H
			<input type="checkbox"/> Rotatória	<input type="checkbox"/> Com Areia	
			<input type="checkbox"/> Retorno		
			<input checked="" type="checkbox"/> Entroncamento		
			<input type="checkbox"/> Bifurcação		

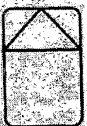
9 - CROQUI DO ACIDENTE DE TRÂNSITO CIDADE DA ESPENCA



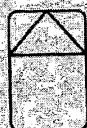
10 - AVARIAS VISUALIZADAS PELO AGENTE DE TRÂNSITO NAZARÉ

AVARIAS DO VEÍCULO 1

STRIBO, PISCA TRASEIRO ESQUERDO,
MANEIRA DA EMBREAGEM, PARA-LAMA
DIANTEIRO, FAROL E CAREN-
AGEM, PROTETOR DO SCAP,
PLACA, GUIDOM



AVARIAS DO VEÍCULO 3



AVARIAS DO VEÍCULO 2

PARA-LAMA DIREITA, FAROL DIREITO
PARA-CHOQUE DIANTEIRO,
CAPS



ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

AVARIAS DO VEÍCULO 4



GENTE SEGURADORA S/A
R. dos Poiqueres, 2385 - Loja 4 - Natal - RN

Autenticação Nº do Boletim: 101644 Nº da Ocorrência: 895412 Data Registro: 06/02/2019 Hora Registro: 12:36:30 Número/Controle: 769A5F942B413E34



11 - ☒ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: IL CLAVIS SARINHO
Nome WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA
RG N° 3462156 Órgão Expedidor SSP RN Data de Nascimento 19/10/1999
Endereço R. TRAVESSA DOS TRANSMISSORES N° 123 Fone 994403480
Bairro BAIRRO NORDESTE Cidade NATAL UF RN
Versão _____

Assinatura Wendell H. G. Barbosa Hora _____

12 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____
Nome _____
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

13 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____
Nome _____
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

14 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____
Nome _____
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

15 - SOCORRISTA E VEÍCULO UTILIZADO
Placa _____ Cidade _____ UF _____ Marca/Modelo _____
Nome _____ RG N° _____ Órgão Exp. _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____

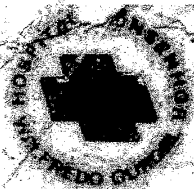
16 - IMAGENS/FOTOS ☐ SIM ☐ NÃO AUTUAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO AIT N° _____ CÓD/DESD _____

17 - OBSERVAÇÃO DO AGENTE DE TRÂNSITO
V.I. FOI ENTREGUE AO SR LUIZ CARLOS MEDEIROS DOS SANTOS CATAR
C.P.F. 051.655.834-06. Juiz Paula Mariana dos Santos
CONDUTOR DE VI FOI CONDUZIDO P/O HOSPITAL CLAVIS SARINHO PELA SAMU
FOI FEITO DESPACHAMENTO P/O HOSPITAL
A ÚLTIMA TEVE ESCORLAÇÕES LEVES PELA CORPO

Nome Completo do Agente FRANCISCO ERNANDES BASÍLIO DE MOURA
POSTO/GRAD.: 3º SGT PM N° 93035 Viatura DRF 116 Subunid.: 1º DP RE
Local e Data NATAL, 1 de FEV. de 2019. Francisco Ernandes B. de Moura
Assinatura do Agente de Trânsito

Intencificação N° do Boletim: 101644 N° da Ocorrência: 895412 Data Registro: 06/02/2019 Hora Registro: 12:36:30 Número/Controle: 789A5F942B413-34





SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLOVIS SARINHO

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 6887 /2019

Admissão: 04/02/2019 14:32:19

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 113421 - WENDEL HENRIQUE GOMES BARBOSA (19 a 9 m 15 d)

Nascimento: 19/04/1999

Natural: NATAL-BRASIL

CNS: 898002364281239

CPF: 05947943409

Sexo: M Cor: PARD

Mãe: HELUIZA MENEZES GOMES BARBOSA

Pai:

Logradouro: MOGNO, 37

CEP: 59575000

Bairro: CENTRO

Cidade: EXTREMOZ

Telefone: 84.91181781

Compl:

Motivo: MOTO X CARRO - COLISÃO

Tipo: REFERENCIADO

Origem: AMBUL. SAMU NATAL

*Empresa:

Fluxograma:

Discriminador:

OBS:

Classificação: 04/02/2019 14:28:12

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTORIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: COLISÃO MOTO/CARRTO TRAZIDO PELO SAMU COM TRAUMA E ESCORIAÇÕES

Hora: 14:35

Paciente vítima colisão moto + carro. Refere usar capacete, nega perda de consciência. Refere dor em joelho D, perna E e pé E. A.C., A.P., A.S.P., N.R.S.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A Via aérea patula, sem cervicalgia
B Fm. O2 saturado
C Ausculta pulmonar normal
D Glasgow 15
E Escoriações em membros

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Módulo Hospitalar de Epidemiologia

06/02/19

*Saída:

TOMOGRÁFIA/HMWG

Data: 04/02/19 Hora: 16:56

Técnico: Adm/Val

Exame: p/eq

Médico:

DIAGNOSTICO INICIAL - CID

Adm. via SX por CLAUDIA LUCIANA CAVALCANTI DE FRANCA. Impresso em 04 de Fevereiro de 2019.

RAIOS-X

Realizado em: 04/02/19 Hora:

Técnico:



EXAME FÍSICO (SEGUNDÁRIO)

A	
B	
C	
D	
E	

A(ALERGIAS) Nega
M(MEDICAÇÃO EM USO) Nega
P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS) Nega
L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS) _____
A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA) _____
V(PASSADO VACINAL) Atualizado

EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM)

Radiografia torax AP
Radiografia joelho D e tornozelo E, perna E
PA e perfil.
OUTROS _____

CONDUTA PRIMARIA/MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Radiografia PA e
PA e oblíqua.
ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Marcelo Henrique Bezerra Guimarães
Médico
CRM/RN 7011

Didopreno ca radiol 758/31, IM.

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1 <u>Ortopedia</u>	HORA: <u>14:30</u>	DATA: <u>04/02/19</u>
ESPECIALISTA 2	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 3	HORA:	DATA:

DESTINO DO PACIENTE:

INTERNAÇÃO NA CLÍNICA: DATA / /

SAÍDA: () DECISÃO MÉDICA () REVELIA () TRANSFERIDO PARA:

ÓBITO: DATA / / HORA

ENTREGUE À FAMÍLIA () COM ATESTADO () S.V.O () ITEP

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONCORDADO NÃO VERIFICADO

GENTE SEGURADORA S/A
R. dos Poções, 2385 - Lagoa - Natal - RN



NESE

Auditoria interocclusal de trauma em Pe D

AME FÍSICO

fratura de omr do Pe D - talus

PRESSÃO DIAGNÓSTICA

AMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)

LABORATÓRIO

TC Pe D

OUTROS

ONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

GENTE SEGURADORA S/A
R. dos Policiais, 225 - Loja 4 - 181

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA:

HORA:

DATA:

HORA:

SAÍDA:

Decisão Médica ☐

A Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA:

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

L.T.E.P. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa folha e entregar ao paciente após a sua

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA:

HORA:

DATA:

HORA:

SAÍDA:

Decisão Médica ☐

A Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA:

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

L.T.E.P. ☐





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190601066

Vítima: WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA

Data do Acidente: 04/02/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), WENDELL HENRIQUE GOMES BARBOSA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

3190496333



* Sem pericia

* Sem sequela

Pag. 00565/00566 - carta_04 - INVALIDEZ

00050283



Carta nº 15029209

